



**ACUREDEPA-
ASSOC.CULTUR.REC.DEF.PROPAGANDA
DE AZERE**

**Anexo
10 de março de 2018**



Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	18
5	Ativos Fixos Tangíveis	18
6	Ativos Intangíveis	21
7	Locações	23
8	Custos de Empréstimos Obtidos	23
9	Inventários	24
10	Rédito	24
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	24
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	25
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	25
14	Imposto sobre o Rendimento	26
15	Benefícios dos empregados	26
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	26
17	Outras Informações	27
17.1	Investimentos Financeiros	27
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	27
17.3	Clientes e Utentes	28
17.4	Outras contas a receber	28
17.5	Diferimentos	29
17.6	Outros Ativos Financeiros	29
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	29
17.8	Fundos Patrimoniais	29
17.9	Fornecedores	29
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	30
17.11	Outras Contas a Pagar	30
17.12	Outros Passivos Financeiros	30
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	30
17.14	Fornecimentos e serviços externos	31
17.15	Outros rendimentos	31
17.16	Outros gastos	31
17.17	Resultados Financeiros	32
17.18	Acontecimentos após data de Balanço	32



1 Identificação da Entidade

A “ACUREDEPA-ASSOC.CULTUR.REC.DEF.PROPAGANDA DE AZERE” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, com estatutos publicados no Diário da República n.º 228 , Série III, com sede em RUA DO OUTEIRINHO, 78, 3420-011 Ázere. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- ERPI – Estrutura Residencial Para Idosos
- SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os



correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência



A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	33.33%
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	2%
Equipamento básico	16.66%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	16.66%
Outros Ativos fixos tangíveis	33%

A Entidade não revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.



3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Não existem bens desta natureza;

3.2.5 Propriedades de Investimento

Não aplicável;

3.2.6 Investimentos financeiros

Não aplicável;

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Não aplicável;

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros



Não aplicável;

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Não aplicável;

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Não existem bens em contratos de locação financeira;

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):



- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

	2016



Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	17.561.19					17.561.19
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	17.561.19	0,00	0,00	0,00	0,00	17.561.19

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do patrimônio, histórico, artístico e cultural”:

2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	17.561.19					17.561.19
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	17.561.19	0,00	0,00	0,00	0,00	17.561.19

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2016						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	13.529,40		366.91			13.162,49
Edifícios outras construções	1.562.827,44		179.49			1.562.647,95
Equipamento básico	289.175,53	1.709.75	26.669.56			264.215,72
Equipamento de transporte	86.265,53	1.031.21				87.296,74
Equipamento biológico	0.00					0.00
Equipamento administrativo	91.028,85	1.087.06	13.637.69			78.478.22
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	1.161.30				1.161,30
Total	2.042.826,75	4.989.32	40.853.65	0,00	0,00	2.006.962,42
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00



Edifícios outras construções	309.360.12	61.093.99	175.07	369.00		370.648.04
Equipamento básico	188.815.71	28.465.39	25.159.24	21.474.12		213.595.98
Equipamento de transporte	85.887.95	221.05		209.71		86.318.71
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	89.960.56	169.37		-11.651.71		78.478.22
Outros Ativos fixos tangíveis	26.157.50	377.86		-25.374.06		1.161.30
Total	700.181.84	90.327.66	25.334.31	-14.972.94	0,00	750.202.25

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	13.162,49					13.162,49
Edifícios outras construções	1.562.647,95	61.042.18	-26.333.74	-6.440.98		1.623.690,13
Equipamento básico	264.215,72	7.398.65		-209.71		238.839,74
Equipamento de transporte	87.296,74					87.087,03
Equipamento biológico	0.00					0.00
Equipamento administrativo	78.478.22			6.440.89		84.919,11
Outros Ativos fixos tangíveis	1.161,30	362.85		209.71		1.733,86
Total	2.006.962,42	68.803.68	-26.333.74	0,00	0,00	2.049.432,36
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios outras construções	370.648.04	61.971.65				432.619.69
Equipamento básico	213.595.98	14.764.46	-23.472.76	-971.59		203.916.09
Equipamento de transporte	86.318.71	38.72				86.357.48
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	78.478.22	4.958.03	-2.980.98	-12.861.52		67.593.75
Outros Ativos fixos tangíveis	1.161.30		-2.590.41	-6.388.02		4.958.49
Total	750.202.25	81.732.86	-29.044.15	-7.445.09	0,00	795.445.87

Propriedades de Investimento

Não existem "Propriedades de Investimento"

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	1.546.11	550.43				2.096,54



Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	1.546.11	0,00	0,00	0,00	0,00	2.096,54
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	459,80	515.35		637.55		1.612,70
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	459,80	515.35	0,00	637.55	0,00	1.612,70

Ano de 2017

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	2.096,54					2.096,54
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	2.096,54	0,00	0,00	0,00	0,00	2.096,54
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	1.612,70					1.796,28
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	1.612,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1.796,28

7 Locações

A Entidade não detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	614.329,23	614.329,23	0,00	684.698,24	684.698,24
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	60.893.02	60.893.02	0,00	63.754.53	63.754.53
Total	0,00	675.222.25	675.222.25	0,00	748.452.22	748.452.22

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos	73.230.52	20.489.19	97.719.71	82.067.76	26.386.02	108.453.78
Total	73.230.52	20.489.19	97.719.71	26.386.02	26.386.02	108.453.78

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0.00	0,00	0,00	0.00	0,00	0,00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.162.93	87.239.97	0,00	2.674.31	104.197.38	0,00	1.226.02
Total	2.162,93	87.239.97	0,00	2.674,31	104.197.38	0,00	1.226,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				87.751,37			102.749,09

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	639,50
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	593.224,20	473.544,72
Quotas e joias	0,00	876,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	593.224.20	475.060.22

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, não ocorreram provisões:



Passivos contingentes

“Relatar os passivos contingentes existentes, bem como os efeitos que podem ter e quais as incertezas que o mesmo acarreta, devendo ser indicado se existe a possibilidade de haver um exfluxo associado ao referido passivo contingente.” Não aplicável;

Ativos contingentes

“Descrever quais os ativos contingentes existentes e que efeitos estes podem ter”. Não aplicável;12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
Fundo Socorro Social	100.000.00	100.000.00
Apoios do Governo		
Apoios Comunitários	400.474.79	400.474.79
Apoios Camarários	182.693.53	182.693.53
De Outros	1.938.69	1.938.69
Total	685.107.01	685.107.01

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito: Não aplicável;

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente: Entidade isenta ao abrigo do disposto no artigo 10º do CIRC.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente “5” e “5”. Os órgãos diretivos não usufruem as seguintes remunerações:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de “53” e em 31/12/2017 foi de “40”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	437.724,82	338.799,13
Benefícios Pós-Emprego	371,20	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	96.810,76	85.893,45
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.750,69	2.680,89
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	22.890,96	46.305,98
Total	561.548,43	473.679,45



16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	2.337,11	1.007,73
Outros investimentos financeiros	0,00	146,08
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	2.337,11	1.153,81

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, não apresentava saldos:

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	10.110.78	4.336.89
Utentes	7.997.33	6.784.74
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	10.108.11	11.121.63

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0.00	0.00



Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	2.950,00	2.960,80
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	1.000,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	21.590,29	20.647,94
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	24.540,29	24.608,74

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros Automóvel	652,63	1.812,54
Total	652,63	1.812,54
Rendimentos a Reconhecer		
Estágios Emprego e Emp. Inserção	21.634,52	14.478,24
Total	21.634,52	14.478,24

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2017	2016
Títulos Fora da Bolsa	1.130,00	1.130,00
Total	1.130,00	1.130,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	876,73	894,56
Depósitos à ordem	1.304,29	47.529,67
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	2.181,02	48.424,23

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	18.191,48	0,00	0,00	18.191,48
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-160.032,62	0,00	48.811,70	-263.364,10
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	740.609,06	0,00	41.768,88	643.338,13
Total	598.767,92	0,00	90.580,58	398.165,51

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	100.936,16	43.494,69
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00



Total	100.936,16	43.494,69
--------------	-------------------	------------------

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.365,86	5.411,36
Outros Impostos e Taxas	1.30	0,00
Segurança Social	1.416.18	1.325.92
Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	3.63	
Total	5.786.97	6.737.28
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,01	0,01
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.731.00	2.469.82
Segurança Social	35.448,77	23.872,52
Outros Impostos e Taxas	207,46	87,43
Total	38.387,24	26.429.78

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		58.660.19		24.763,29
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0.00		156,19
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		21.499,37		21.499,40
Credores por acréscimo de gastos		0,00		64.500.87
Outros credores		6.770.19		6.784.74
Total	0,00	86.929.75	0,00	117.704.49

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não existem nem existiam “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	171.869,02	205.855,76
Subsídios de outras entidades	21.232,53	38.631,92



Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	193.101,55	244.487,68

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	68.690,51	46.749,08
Materiais	14.921,26	9.684,15
Energia e fluidos	52.365,55	44.231,92
Deslocações, estadas e transportes	1.509,37	2.365,54
Serviços diversos	29.355,77	32.591,52
Total	166.842,46	135.622,21

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	621,15	513,61
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	120.190,76	106.192,79
Total	120.811,91	106.706,40

17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	336,86	188,60
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,10	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	366,91
Outros Gastos	1.649,55	49.071,85
Total	1.986,51	49.627,36

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		



Juros suportados	20.814,70	27.655,50
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	8.316,70	12.175,65
Total	29.131,40	39.831,15
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	75,99	2.322,50
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	1.360,14
Total	75,99	3.682,64
Resultados Financeiros	29.055,41	36.148,51

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela direção em, 25 de março de 2017.

17.19 Acontecimentos relevantes durante o exercício

Não tendo nada a ver com os resultados, houveram movimentos de tesouraria, efetuados pelo Sr. Presidente da Direção mandatado por esta, que tinham em vista a obtenção de financiamento fora do mercado financeiro nacional, que se veio a constatar terem caráter fraudulenta por parte das pessoas/entidades que se propuseram obtê-lo a favor da Instituição. Por ter verificado ser esta situação uma realidade incontestável, o Sr. Presidente da Direção, não querendo de forma alguma que tais valores constituíssem uma perda para a Instituição, assumiu a responsabilidade pelo pagamento de tais valores, tendo os mesmos sido contabilizados na conta de “empréstimos” que tem com a ACUREDEPA, pelo que o valor do crédito que tinha e continua a ter, resultante de empréstimos que foi concedendo para fazer face a situações de rutura de tesouraria, foi influenciado e reduzido pelos valores despendidos na já referida procura de financiamento, e que assumiu ter sido uma aposta absolutamente errada a não repetir. Este foi um compromisso que assumiu comigo enquanto contabilista da Instituição e do qual aqui dou conta. Aliás, esta era, foi, e será sempre uma condição para que possa validar e responsabilizar-me pelas contas da ACUREDEPA. Perante o assumir de culpa do Sr. Presidente da Direção, não achei necessário comunicar o facto à entidade tutelar ou a qualquer entidade de justiça criminal. E não o fiz, no sentido de ocultar o que quer que fosse, já que tenho consciência de que a situação podia ter tido consequências mais gravosas, nem sequer para proteger quem que seja! Se assim fosse não estava aqui a fazer tal relato. Se alguma entidade tiver uma leitura diferente desta, assumirei as minhas responsabilidades, mas como aqui demonstro, a minha conduta pauta-se por uma posição de absoluta transparência! Assino e assumo o que aqui escrevo: António Neves, Contabilista Certificado n.º 10674.

Análise:

1 – O Resultado Líquido do exercício é de € 29.727.85, representando uma recuperação em relação ao ano anterior e cerca de 37% (17.678,76€)

2 – Não é excelente, efetivamente não é, mas é muito bom!

3 – Não podemos deixar de ter em atenção que se trata de uma IPSS, como tal Instituição Sem Fins Lucrativos, pelo que terá de se ter em linha de conta que os



“gastos de depreciação e de amortização”, terão de ser expurgados desta análise, bem como “os subsídios ao investimento”, imputados ao exercício, resultando daqui um saldo devedor de € 74.683,61-€ 41.768,88 = €32.914,73.

4 – Partindo deste pressuposto, o resultado da gestão será positivo de € 3.186,88.

5 – Partindo de todos estes pressupostos, e tendo em atenção a mesma análise efetuada no ano anterior, existe um decréscimo significativo do resultado, resultante do acréscimo significativo do “custo das matérias-primas consumidas, dos encargos com o pessoal”, isto relativamente aos Gastos, não tendo havido um acréscimo significativo nos Rendimentos, que pudessem contrabalançar aqueles.

6 – O serviço da dívida também tem um impacto significativo nos resultados pelo que é essencial, mesmo estando esta de alguma forma consolidada, tentar que as taxas de juro acordadas possam ter alguma redução;

7 – Esta análise, em minha opinião enquanto contabilista da Instituição é a que retrata de forma fiel o que foi a gestão da Instituição no ano em apreciação.

8 – De qualquer forma recomenda-se um maior cuidado, na gestão do economato, bem como nos recursos humanos. Também não se pode escamotear o facto do salário mínimo nacional ter vindo a subir (para este tipo de Instituições) de forma galopante, sem que por parte da tutela, as atualizações das participações não o sejam na mesma ordem de grandeza;

9 – É fulcral que à Instituição lhe sejam concedidos os novos acordos de cooperação, resultantes do concurso público lançado pelo Governo ao qual a Instituição se candidatou;

AZERE, 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado, nº 10674,
NIF 146274903



A Direcção

